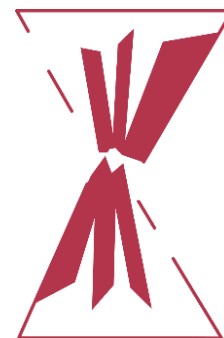


Crítica da Economia Digital: Uma Análise do Tecno-Feudalismo

Critique of the Digital Economy: An Analysis of Techno-Feudalism



RODRIGUES, Pedro Eurico*

 <https://orcid.org/0000-0002-5854-0208>

Durand, Cédric. *Techno-féodalisme: Critique de l'économie numérique*. Paris: Éditions La Découverte, Collection La Découverte Poche. 2020.

Recebido em: 03/02/2025

Aprovado em: 12/05/2025

A obra *Technoféodalisme: Critique de l'économie numérique*, de Cédric Durand, publicada originalmente em 2020 pelo selo La Découverte (coleção "Zones"), apresenta uma análise rigorosa e inovadora sobre a ascensão das grandes corporações tecnológicas e sua influência na economia contemporânea. Ainda sem tradução publicada no Brasil, o livro circula amplamente nos meios acadêmicos francófonos e tem sido debatido em diversos fóruns internacionais de crítica ao capitalismo digital. Professor de Economia na Université Sorbonne Paris Nord e pesquisador associado ao Centre d'Économie Paris Nord (CEPN), Durand é conhecido por seus estudos sobre financeirização, transformações do capitalismo recente e crítica à economia baseada em dados. Neste livro, ele argumenta que as grandes empresas tecnológicas não apenas consolidam monopólios digitais, mas também promovem

* É mestre em história pelo PPGH-UDESC, Florianópolis SC. É doutorando pelo PPGH-UDESC, Florianópolis, SC. É professor de história da rede privada de Florianópolis. E-mail: pedro.eurico.rodriques@gmail.com.



Este é um artigo de acesso livre distribuído sob licença dos termos da Creative Commons Attribution License.

uma reorganização profunda da economia global, que remete ao feudalismo. Sua tese central é que a extração de valor no capitalismo digital se dá por meio do controle de plataformas e da apropriação do conhecimento, desafiando as categorias clássicas da economia política.

O autor estrutura sua análise em torno de quatro eixos principais: a ideologia californiana, o domínio digital, a renda dos intangíveis e a consolidação do tecno-feudalismo. Ao tratar da chamada ideologia californiana, Durand evidencia a fusão paradoxal entre a contracultura e o neoliberalismo, que fomenta a crença na tecnologia como instrumento natural de emancipação. No entanto, argumenta que essa narrativa serve sobretudo para ocultar a crescente concentração de poder e riqueza em torno de poucas corporações. Quando discute a “renda dos intangíveis”, Durand se refere a formas específicas de apropriação de valor que não dependem diretamente da produção material, mas do controle de ativos imateriais como softwares, algoritmos, marcas, bases de dados e redes. Tais ativos — por serem não rivais e de fácil replicação — permitem retornos crescentes e tendem à monopolização. Essa dinâmica, intensificada pelas plataformas digitais, gera quatro formas principais de renda: a renda legal, baseada em direitos de propriedade intelectual; a renda de monopólio natural, ligada ao domínio de funções centrais em cadeias globais; a renda diferencial, proveniente das vantagens de escala dos ativos digitais; e a renda de inovação, que resulta da centralização e uso estratégico dos dados. Em conjunto, esses mecanismos expressam uma lógica de captura e dependência que se aproxima mais da pilhagem do que da produção — uma economia de predação que sustenta a estrutura do tecno-feudalismo.

No que concerne ao domínio digital, Durand estabelece um paralelo com a estrutura feudal, argumentando que empresas como Google, Amazon, Meta e Apple se comportam como novos senhores digitais, apropriando-se da infraestrutura tecnológica e convertendo dados em capital. Essas corporações detêm o controle sobre as redes digitais, organizando não apenas os fluxos econômicos, mas também a dinâmica social e cultural de vastas parcelas da população conectada.

A questão da renda dos intangíveis é central para a explicação do fenômeno. O autor demonstra como ativos imateriais — como patentes, algoritmos, redes de usuários, softwares e marcas — tornam-se formas estratégicas de extração de valor. Esses ativos não possuem materialidade física, mas sua posse e controle garantem posições privilegiadas no mercado. Essa dinâmica fortalece monopólios e limita a concorrência, o que compromete o dinamismo

econômico e acentua a dependência de indivíduos e empresas em relação às plataformas dominantes.

Durand argumenta que o capitalismo digital inaugura um novo regime de acumulação baseado na captura e controle das infraestruturas digitais. Nesse sistema, as plataformas não apenas intermediam relações econômicas: elas aprisionam usuários e produtores em ecossistemas fechados, nos quais a concorrência é bloqueada e a extração de valor é maximizada. Os algoritmos, nesse contexto, operam como dispositivos de controle social, orientando comportamentos e influenciando decisões econômicas e políticas. Trata-se de um exercício de poder que se aproxima do que Michel Foucault chamou de biopolítica — o gerenciamento estratégico da vida — e de governamentalidade — formas de conduzir condutas por meio de técnicas e saberes. Durand atualiza esse quadro com a noção de governamentalidade algorítmica, inspirada em Antoinette Rouvroy e Thomas Berns, para designar o uso de dados massivos e previsões probabilísticas como instrumentos de antecipação e modulação de condutas, à margem da vontade dos sujeitos. O autor dialoga com uma ampla gama de teóricos para embasar sua argumentação. A Magna Carta do Ciberespaço, por exemplo, é apresentada como um marco do tecnolibertarianismo, ideologicamente alinhado aos interesses do Vale do Silício. Ayn Rand, com sua exaltação do individualismo e da meritocracia, é vista como influência central na formação da mentalidade dos empresários tecnológicos, justificando a busca irrestrita por acumulação. Joseph Schumpeter e sua teoria da destruição criativa são citados para explicar como a inovação tecnológica é frequentemente instrumentalizada como meio de concentração de poder e eliminação de concorrência. Em contraste, Karl Marx se trata de referencial para compreender as dinâmicas do capitalismo contemporâneo, permitindo uma análise crítica da exploração do trabalho digital e da alienação nas plataformas.

A obra também problematiza os efeitos do tecno-feudalismo sobre a inovação e a concorrência. Ao consolidar monopólios baseados na acumulação de dados e na regulação dos mercados digitais, as *big techs* inibem o surgimento de novas empresas e restringem a diversidade tecnológica. Esse fenômeno compromete o desenvolvimento de um ambiente econômico mais plural e democrático, reforçando assimetrias estruturais.

Durand contrasta essa realidade com a visão de Vannevar Bush sobre o papel do Estado na inovação, destacando como os avanços tecnológicos frequentemente dependem de investimentos públicos, mas são apropriados por interesses privados. O autor também

dialoga com Boltanski e Chiapello, que analisam a reconfiguração subjetiva promovida pelo capitalismo contemporâneo, enfatizando como a ideologia da realização pessoal é mobilizada para intensificar a produtividade e a disciplina laboral.

A dependência das plataformas digitais, segundo Durand, reduz a autonomia dos indivíduos e empresas, pois o acesso a serviços essenciais e oportunidades econômicas é mediado por regras corporativas opacas e voláteis. Essa estrutura reforça as análises de Frédéric Lordon sobre a centralidade do desejo e da submissão no funcionamento do capitalismo, demonstrando a necessidade de um olhar mais abrangente sobre as relações de poder no ambiente digital.

Durand conclui que o tecno-feudalismo não apenas amplia as desigualdades econômicas, mas também consolida um modelo de poder que transcende os limites do capitalismo tradicional. O controle das infraestruturas digitais permite que grandes corporações operem como novas entidades soberanas, definindo as regras do jogo econômico e político de maneira pouco contestável.

Além disso, Durand contrapõe Friedrich Hayek e sua defesa do mercado autorregulado às práticas monopolistas das *big techs*, demonstrando as contradições inerentes ao liberalismo econômico contemporâneo. Shoshana Zuboff e sua análise do capitalismo de vigilância são mencionadas, embora o autor critique a insuficiência de sua abordagem ao não contemplar as dimensões econômicas do fenômeno. Lina Khan e sua crítica ao modelo antitruste vigente fornecem elementos essenciais para a compreensão dos desafios da regulação digital.

A obra é fundamental para compreender as dinâmicas do capitalismo digital e seus desafios regulatórios. O diálogo com autores como Douglass North e Robert Thomas, que estudaram feudalismo a partir da teoria dos direitos de propriedade, e Robert Brenner, que enfatiza a importância das relações de classe na análise econômica, enriquece o debate. Thorstein Veblen e sua teoria da classe ociosa são mobilizados para examinar como a predação se torna um elemento central na nova lógica de acumulação.

Assim, Durand não apenas denuncia as limitações do modelo tecno-feudalista, mas também sugere caminhos para sua superação. A necessidade de regulação mais eficaz, a implementação de novas políticas públicas e a promoção de alternativas descentralizadas para o desenvolvimento tecnológico são elementos centrais para um futuro digital mais equitativo e menos dominado por monopólios corporativos.

Para sintetizar a transformação estrutural do capitalismo contemporâneo, Durand recorre a uma provocativa formulação de Gilles Deleuze: “coletar em vez de organizar a produção, decidir sobre a morte em vez de gerenciar a vida” (Durand, 2023, p. 317, tradução nossa). A frase, destacada na abertura da seção Logique du Techno-féodalisme, opera como um ponto de ancoragem para a tese do livro. Nessa perspectiva, o tecno-feudalismo redefine as formas de dominação econômica, substituindo os tradicionais vetores da produção e da gestão por mecanismos de predação e controle baseados na posse da infraestrutura e na vigilância algorítmica.

Referências

Durand, Cédric. *Techno-féodalisme: Critique de l'économie numérique*. Paris: Éditions La Découverte, Collection La Découverte Poche. 2020.